

INFÂNCIAS MATÁVEIS NO BRASIL AMEFRICANO: REFLEXÕES SOBRE A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO E A MORTE DE CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL

Killable Childhoods in Brazil Amefrican: Reflections on Whitening Ideology and the Death of Black Children in Brazil

Infancias Matables en el Brasil Amefricano: Reflexiones sobre la Ideología del Blanqueamiento y la Muerte de Niños Negros en Brasil

Enfances Tuables au Brésil Américain: Réflexions sur L'idéologie du Blanchiment et la Mort des Enfants Noirs au Brésil

10.5020/23590777.rs.v23i4.e13620

Ismael Leonardi Salaberry

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Psicanálise pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharel em Psicologia pela Faculdade Anhanguera do Rio Grande.

Marta Regina de Leão D'Agord

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com estágio na França (Univ. Rennes I), Mestre em Filosofia e Professora titular no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista PQ Produtividade em Pesquisa (PQ/2).

Resumo

A partir da expansão diária do número de mortes de crianças, principalmente daquelas não brancas no território nacional, este artigo tem como objetivo tensionar a construção dos lugares sociais em que certas infâncias perdem o direito à vida e ao futuro. Resgatando o uso da categoria amefricanidade e o conceito de neurose cultural brasileira, de Lélia González, em conjunto das elaborações sobre as infâncias matáveis, de Ilana Katz, propomos uma reflexão teórica sobre a contradição presente entre a suposta democracia racial no Brasil e a sua necropolítica vigente. Propomo-nos, com isso, a demonstrar o processo de negação da amefricanidade brasileira, assim como a negação da tentativa de apagamento do próprio futuro negro, expressos na violência contra as crianças negras. Situação essa que explicita não um desvio à lei ou desfiguração do Estado, mas, como averiguado, sua característica estrutural e sua função na manutenção de certa lógica nacional. Tentamos, então, à guisa de conclusão, demonstrar, a partir de nosso desenvolvimento, que a morte de crianças não brancas opera como a perpetuação de uma lógica de Estado baseada na ideologia do branqueamento e como recusa de um futuro que não seja baseado nas ideias da supremacia branca no poder, tornando certas infâncias matáveis no Brasil amefricano.

Palavras-chave: infância, amefricanidade, necropolítica, psicanálise.

Abstract

Based on the daily expansion of the number of child deaths, mainly of non-whites in the national territory, this article proposes to stress the construction of social places in which certain childhoods lose the right to life and to the future. Rescuing the use of the category of Amefricanity and the concept of Brazilian cultural neurosis, by Lélia González, together with the elaborations on killable childhoods, by Ilana Katz; we propose a theoretical reflection on the present contradiction between the supposed racial democracy in Brazil and its current necropolitics. Our objective is to demonstrate the processes of denial both of the Brazilian Amefricanity, as well as the attempt to erase the black future itself, expressed in violence against black children. A situation that explains, not a deviation from the law or disfiguration of the State, but, as verified, its structural characteristic and its function in the maintenance of a certain national logic. We then try to demonstrate, with our

development, that the death of non-white children operates as the perpetuation of a State logic based on the ideology of whitening and as the refusal of a future that is not based on the ideas of white supremacy in power, making certain childhoods killable in amefrican Brazil.

Keywords: *childhood, amefricaninity, necropolitics, psychoanalysis.*

Resumen

A partir de la expansión diaria del número de muertes infantiles, principalmente de raza no blanca em el territorio nacional, este artículo pretende incidir en la construcción de lugares sociales en los que ciertas infancias pierden el derecho a la vida y al futuro. Rescatando el uso de la categoría Amefricanidad y el concepto de neurosis cultural brasileña, de Lélia González, junto com las elaboraciones sobre infancias matables, de Ilana Katz, proponemos una reflexión teórica sobre la contradicción entre la supuesta democracia racial en Brasil y su necropolítica actual. Con esto, nos proponemos demostrar el proceso de negación de la amefricanidad brasileña, así como la negación del intento de borrar el propio futuro negro, expresado en la violencia contra los niños negros. Esta situación no explica un desvío de la ley o una desfiguración del Estado, sino, como se comprueba, su característica estructural y su función em el mantenimiento de una determinada lógica nacional. Intentamos, entonces, a modo de conclusión, demostrar, desde nuestro desarrollo, que la muerte de niños no blancos opera como la perpetuación de una lógica de Estado basada en la ideología del blanqueamiento y como rechazo de un futuro que no se basa en sobre las ideas de la supremacia blanca en el poder, haciendo que ciertas infancias sean matables en el Brasil amefricano.

Palabras clave: *infância, amefricanidad, necropolítica, psicoanálisis.*

Résumé

Partant de l'expansion quotidienne du nombre de décès d'enfants, principalement de non-blancs sur le territoire national, cet article vise à mettre l'accent sur la construction de lieux sociaux dans lesquels certaines enfances perdent le droit à la vie et à l'avenir. Sauver l'usage de la catégorie Amefricanité et le concept de névrose culturelle brésilienne, par Lélia González, ainsi que les élaborations sur les enfances tuables, par Ilana Katz, nous proposons une réflexion théorique sur la contradiction entre la supposée démocratie raciale au Brésil et son courant nécropolitique. Avec cela, nous proposons de démontrer le processus de déni de l'amefricanité brésilienne ainsi que le déni de la tentative d'effacer l'avenir noir lui-même, exprimé dans la violence contre les enfants noirs. Cette situation n'explique pas une déviation de la loi ou une défiguration de l'État, mais, comme vérifié, sa caractéristique structurelle et sa fonction dans le maintien d'une certaine logique nationale. Nous tentons donc, en guise de conclusion, de démontrer, à partir de notre développement, que la mort des enfants non blancs opère comme la perpétuation d'une logique d'État fondée sur l'idéologie du blanchiment et comme le refus d'un avenir qui ne se fonde pas sur les idées de suprématie blanche au pouvoir, rendant certain es enfances tuables au Brésil améfricain.

Mots-clés: *enfance améfricanité, nécropolitique, psychanalyse.*

80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo
Ismália (Nave & Saman, 2019, interpretada por Emicida)

Em 20 de setembro de 2019, Ágatha Felix – de 8 anos – foi morta enquanto voltava para casa com sua mãe, Vanessa Sales Félix. Ambas estavam dentro de uma kombi na comunidade da Fazendinha, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Consequência, segundo o porta-voz da polícia militar, de um ataque aos policiais por marginais daquela localidade. Ataque que na verdade nunca aconteceu, segundo as investigações da polícia civil, pois o tiro que matou a jovem menina veio de um fuzil disparado contra um suspeito, não em forma de defesa, mas de ataque. Fuzil esse que estava com um policial militar no local e que acertou após o tiro ricochetear no que deveria ser o seu alvo original. A menina era negra, assim como sua mãe, e até hoje não teve o seu executor julgado pela justiça (Borges, 2020; G1 Rio, 2019; Lucchese, 2021).

Esse caso se junta às estatísticas que afirmam que nos últimos cinco anos cerca de 100 crianças foram baleadas, somente na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro; 32 delas em ações ou confrontos da polícia em suas comunidades, tendo dentre essas apenas 24 sobrevivido, e 8 que morreram em decorrência dos tiros. Crianças que, em sua maioria, são negras, segundo estimativa realizada por pesquisadores (Olliveira, 2021). Segundo a ONG Rio de Paz, desde 2007, pelo menos 82 crianças e adolescentes foram mortos por armas de fogo no estado do Rio, a maioria por balas “perdidas” (ONG Rio de Paz, 2021).

Em 18 de maio de 2020, na casa de familiares e junto de vários parentes que estavam jogando sinuca, João Pedro Matos Pinho foi alvejado pela polícia ao entrar no local atirando. A operação, que tinha como intuito realizar um mandato de busca e apreensão, estava em busca de criminosos em fuga que haviam fugido entre as casas do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. O corpo de João Pedro foi levado e encontrado pela família somente na manhã do dia seguinte no Instituto Médico Legal de Tribobó, na mesma cidade. Após a sua morte, pelo menos mais 11 crianças também foram mortas no estado do Rio de Janeiro, vítimas principalmente de balas perdidas (Coelho, 2020): Kauan Vítor, de 11 anos; Rayane Lopes, de 10 anos; Ítalo Augusto, de 7 anos; Maria Alice, de 4 anos; Leônidas de Oliveira, de 12 anos; Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, de 7 anos; Emilly Victório da Silva Moreira Santos, de 4 anos; Alice Pamplona da Silva, de 5 anos; Ana Clara Gomes, de 5 anos; Ray Pinto Farias, de 14 anos; Kaio Guilherme da Silva Baraúna, de 8 anos (Dias, 2021; Goulart, 2020; Lucchese, 2020; ONG Rio de Paz, 2021; Rodrigues, 2021; Teófilo, 2021).

Além das balas perdidas e das mortes, há ainda aquelas crianças que desaparecem ou “são desaparecidas”. Em 27 de dezembro de 2020, foram vistos pela última vez Fernando Henrique, Alexandre da Silva e Lucas Matheus, de 11, 10 e 8 anos, respectivamente que saíram de suas casas na comunidade do Castelar, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e nunca mais retornaram. Eram três crianças negras, filhos de Rana Jéssica da Silva, Camila Paes da Silva e Tatiana da Conceição, três mulheres também negras e que ainda hoje não têm notícias do paradeiro dos filhos. Tendo como única resposta da polícia a construção de uma narrativa que coloca o desaparecimento deles em relação ao tráfico de drogas na região, mais especificamente afirmando que desapareceram por terem roubado um passarinho de um criminoso do local (Araújo, 2021; Trindade, 2021). Sobre essa hipótese, Rana, mãe de Alexandre, responde que:

Como são pretos e pobres, fica fácil rotular eles como pivetes, como ladrõezinhos de rua. Agora nas redes sociais fica todo mundo compartilhando essa mentira e dizendo que eram ladrões. Fazem isso porque a polícia falou e porque é fácil, afinal moram em comunidade. (Trindade, 2021)

Apesar do tempo e das tentativas de associar a morte dos garotos à delinquência, as mães seguem firmes com a esperança de encontrá-los, assim como as várias crianças que desapareceram, mas foram reencontradas na mesma região. As estatísticas ajudam a esperança da família das três crianças, pois, aproximadamente, 84% dos desaparecidos registrados no ano anterior foram reencontrados, 124 de 148 crianças. Contudo, a esperança dessas famílias encontra como barreira um país cujo racismo estrutural cria narrativas como a apresentada pela polícia, que as narra como crianças criminosas, mesmo sem provas. Numa tentativa de destruir, com a imagem, a dignidade e qualquer validade na busca das crianças. Tentativa de destruição da imagem que se dá também com aquelas que foram mortas, cujas memórias precisam ser objeto de luta coletiva por parte das famílias (Trindade, 2021).

Para além desses casos ligados à violência há outros casos como o de Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, que morreu em 2 de junho de 2020, ao despencar do 9º andar de um prédio de luxo no centro de Recife, Pernambuco, local onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica. A criança, negra, que estava sendo cuidada pela dona do apartamento, uma mulher branca, enquanto sua mãe passeava com os cachorros da propriedade, foi colocada num elevador e deixada sozinha em busca de sua mãe, busca que resultou em sua queda e morte (Equipe G1, 2020). Crianças vítimas do abandono do estado, como a criança Yanomani morta por desnutrição grave em 21 de maio de 2021 (Oliveira, 2021). Vítimas do preconceito e da agressão proveniente de vários lados.

Dados coletados entre 2010-2020 no Brasil mostram que cerca de 2.083 crianças de até 4 anos morreram vítimas de agressão, número que sobe para 3.099 mortes caso sejam contabilizadas as crianças de até 9 anos de idade e para 10.3149 caso sejam contados os adolescentes até 19 anos (Lopes, 2021). Mortes que são mais frequentes entre crianças negras, que morrem 3,6 vezes mais do que as brancas vítimas de armas de fogo e que têm 3 vezes mais chances de serem mortas antes de completar os 15 anos de vida (Lacerda & Souza, 2020; Mena & Camazano, 2021). A taxa de mortalidade que, para a juventude preta, chega a 86,34 para cada 100 mil pessoas e que, para os brancos, cai para 31,89 (Lacerda & Souza, 2020).

São crianças como Zaíta, personagem de Conceição Evaristo (2016) no seu livro *Olhos D’Água*, que saíram e deixaram os brinquedos desarrumados para não mais voltar. Casos, cuja morte ou desaparecimento são marcados por um processo de desqualificação à medida que, a essas crianças, passam a ser atribuídas certas características, lugares e cores. Um processo que reafirma os lugares segregatórios do Brasil, sua ideologia de branqueamento e sua necropolítica vigente (González, 1983/2018c; Katz, 2019; Mbembe, 2016; Nascimento, 1978).

Assim, pensando em nomear e produzir memória do que é constantemente apagado, que contamos aqui essas histórias de crianças, em sua maioria não brancas, que são submetidas a violências cotidianamente no cenário brasileiro. Sobre isso, cabe ressaltar que existir enquanto sujeito no mundo é estar em constante atravessamento por diferentes marcadores, atravessamentos de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, tamanho, idade, capacidade etc., que não apenas delimitam características como marcam os corpos, viabilizando ou inviabilizando possibilidades de lugares sociais, narrativas e até mesmo de memórias aos sujeitos.

A partir dessas considerações, o presente texto elabora uma reflexão teórica sobre a realidade das infâncias não brancas, invisibilizadas por uma construção de nação que as marca dentro de uma dicotomia, classificando-as entre vidas possíveis e impossíveis, enquanto crianças ou “pivetes”. Para isso, inicialmente, o artigo resgata a categoria da “amefricanidade” e o conceito de “neurose cultural brasileira”, utilizados e desenvolvidos por Lélia González (1983/2018c); intelectual brasileira que teve forte impacto no pensamento social brasileiro ligado à intelectualidade e militância dos movimentos negros e que colabora de forma radical na compreensão do Brasil a partir de uma produção vasta, além de multidimensional. Em sua obra, a partir da centralidade da questão da mulher negra, construiu um arcabouço teórico cuja importância ainda está para ser entendida e explorada inteiramente.

Junto a isso, este artigo propõe articular também as elaborações sobre as “infâncias matáveis”, conceito proposto por Ilana Katz (2019), psicanalista brasileira e pesquisadora voltada principalmente ao tema da infância. Com intuito de tanto explorar as possibilidades de pensar a terrível realidade brasileira de morte, desaparecimento e violência que atingem os corpos de milhares de crianças, principalmente aquelas não brancas, como também de desenvolver novas discussões no campo dos estudos sobre a obra de González.

O Brasil Ameicano

Lélia González, referenciando os psicanalistas Betty Milan e M. D. Magno, argumenta que o Brasil, ao contrário da narrativa embranquecedora de um país de europeus, é na verdade uma América Africana, “uma América Ladina” (González, 1983/2018c). Argumento densamente explorado em 1988, no seu texto A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade (González, 1988/2020c), em que evidencia como, longe de estarmos em um país cujas bases se firmam na sua europeidade e brancura, este tem a africanidade e a cor escura em seu fundamento. Tendo um território transformado em país e nação, a partir da migração forçada e do genocídio de milhões de africanos e de outros povos ameríndios que aqui já residiam – povos não brancos que deixaram marca permanente na subjetividade cultural brasileira.

É no processo de recusa da ladino-amefricanidade brasileira que o racismo brasileiro se volta, segundo a autora, àqueles que são o seu testemunho vivo, os negros, ao mesmo passo que propaga o mito da “democracia racial” brasileira. Segundo Nascimento (1978), a propagação do mito de democracia racial no Brasil “supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira – que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (Nascimento, 1978, p. 41). Dentre esses, que são o testemunho vivo da amefricanidade brasileira, estão uma série de crianças vítimas de um país que busca sistematicamente apagar seu traço de origem a partir do racismo e que produz uma marca radical nas suas subjetividades, processo esse sistematicamente invisibilizado socialmente em meio aos mais diversos discursos.

González, já em 1979, no texto Cultura, Etnicidade e Trabalho, usou a expressão obstáculo epistemológico para se referir à negação da ascendência negra e indígena da população brasileira. Denunciando o que chamou de uma “necessidade de tirar de cena um dado concreto e fundamental” (González, 1979/2018a, p. 61), desenvolve a ideia de que parte do processo de construção discursiva do país se deu pela negação de parte inexorável de sua constituição histórica, psicológica e cultural – parte esta que corresponde à ascendência negra e indígena da população brasileira, sua “condição de povo de cor”. Essa ação de negação define a ideologia do branqueamento, característica inerente ao “mito da democracia racial” brasileira e que fundamentará o racismo brasileiro e suas práticas.

Sobre o termo “povo de cor”, é importante salientar que González faz uso do termo em algumas passagens de seus textos, assim como uma série de outros autores que abordam a temática racial na mesma época. Essa descrição, contudo, pode se relacionar diretamente à ideia propagada a partir dos dispositivos ideológicos da branquitude que tentam garantir a pele branca enquanto não racializada, portanto sem cor. Tal termo é criticado atualmente por diversos autores, como Kalunta-Crumpton (2020), que demonstra que para além de servir como um termo descritivo, tal vocábulo dá eco a certos discursos que têm como função perpetuar uma ideia da pele branca enquanto condição imaterial, universal, uma não cor, vazia. Optamos, com isso, por usar o termo não brancos a partir daqui todas as vezes que for necessário abarcar as categorias raciais diversas da brancura.

Esse processo de ocultamento da racialização do branco e principalmente de sua amefricanidade constrói uma falsa representação da realidade, instituindo lugares e possibilidades de construção narrativa, científica e também da própria vida dos brasileiros. Chamando atenção ao “privilégio racial branco”, consequência de tais mecanismos racistas, González (1979/2018a) cita Carlos Hasenbalg para afirmar que mesmo considerando o branco brasileiro enquanto também colonizado, este “além da exploração econômica (...) extrai uma mais valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador” (González, 1979/2018a, p. 33), ao passo que se assemelha a ele. Trata-se, segundo González (1983/2020b), de uma operação incessante de reafirmação de uma brancura europeia a partir da negação de todos os traços de alteridade. Ocultamento esse que acontece em duas dimensões: uma consciente, que se efetiva na reprodução das falas e imagens construídas sobre o negro e os não brancos de forma geral; e outra inconsciente, que se efetiva na reprodução dos papéis e lugares estereotipados.

Numa crítica, até mesmo às leituras sociológicas desenvolvidas sobre o negro brasileiro, a autora aponta para um conjunto de propostas teóricas que não só o colocavam como responsável por sua condição, como também o naturalizavam enquanto uma pessoa escravizada despreparada a assumir o papel de pessoa livre. Despreparo que, para muitos autores, chega a uma descrição direta do negro como preguiçoso, irresponsável, alcoolista, infantil, etc.

Nesse sentido, vale ressaltar que a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. (González, 1979/2018a, p. 39)

Ideias que apontam para a construção de uma suposta dicotomia entre uma superioridade branca e uma inferioridade natural do negro. Tema também abordado em longa medida, por Fanon (1952/2020) em sua crítica ao suposto “complexo de inferioridade do negro”, teoria desenvolvida por Manonni em 1950 e citada pelo autor.

Os aspectos da construção da superioridade racial branca e da inferioridade dos povos não brancos, que se dão junto da negação de elementos positivos inerentes à presença dos negros e indígenas na história da construção do Brasil são para González um tema central. A autora, em 1982, no texto *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira* (González, 1982/2020a), destaca, junto a tais aspectos, a resistência de referências como pai-joão e mãe-preta que, ao desempenharem as funções de pais e mães da nação Brasil, transmitiram as categorias africanas, das quais eram representantes, de herança ao brasileiro.

Vale notar que tais figuras, tanto a mãe-preta quanto o pai-joão, têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplares de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo (González, 1982/2020a, p. 34). A mãe-preta como a mulher negra escravizada que estaria de algum modo contente com seu lugar, ocupando os afazeres domésticos como os cuidados dos filhos de seu senhor, e o pai-joão como um negro velho escravizado e conformado a sua situação.

González (1982/2020a) afirma, contudo, que, ao contrário da descrição ideológica, essas figuras na realidade foram figuras de “resistência passiva”, cuja importância falta ser reconhecida, tendo sido fundamentais no processo de africanização do Brasil, pois como figuras centrais da família brasileira foram figuras constituintes do brasileiro. Elos de transmissão entre os países da África e Brasil. Contato que realiza a partir dessas figuras uma verdadeira africanização, tanto do povo aqui presente, quanto da própria língua portuguesa. Que cria, através da oralidade africana, uma espécie de pretuguês que é fundamental para entender a distância da língua brasileira em relação à portuguesa (González, 1982/2020a).

Essas elaborações ganham força ainda maior em seu famoso texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (González, 1983/2018c) em que trabalha densamente o processo de negação que é característico dos brancos brasileiros e a manutenção dos lugares sociais entre eles e os não brancos. Nomeando o racismo como sintoma característico da “neurose cultural brasileira”, desenvolve aquilo que vinha elaborando desde seus textos iniciais sobre a ideologia do branqueamento e o mito da “democracia racial”, tornando os processos sociais (aqui já citados) um verdadeiro complexo subjetivo e cultural que se dá, fundamentalmente, a partir da denegação da amefricanidade, ou seja a partir da recusa em reconhecer a africanidade inerente ao brasileiro e à nação.

Ao afirmar que o “racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (González, 1983/2018c, p. 76) - localizando sua fala a partir do duplo fenômeno do racismo e do sexismo - a autora infere em seu escrito o lugar e os efeitos violentos sofridos pela mulher negra em virtude da construção e da perpetuação desses na sociedade brasileira. Para sustentar sua proposição, González (1983/2018c) toma as noções de mulata, doméstica e mãe preta como paradigmas de análise para o entendimento do Brasil. Demonstrando, a partir dessas noções, como uma das marcas da racialização do brasileiro se dá tanto na tentativa de domesticação dos não brancos, dos seus corpos e de suas características, quanto no paradoxo de uma suposta inexistência da raça enquanto problema no Brasil. Inexistência justificada a partir das suposições de liberdade de ascensão social do negro e harmonia racial brasileira, ou seja a partir do mito da democracia racial que esconde estar diretamente pautado na ideologia de branqueamento.

Ao elaborar sobre os afetos que compõem esse denso movimento de controle e negação, González dá destaque para uma dialética que considera fundamental para entender o duplo processo de construção e de apagamento da racialidade no Brasil: a dupla inscrição entre violência e desejo. Afirmando a duplicidade entre a figura da mulata e da doméstica, a autora, indica a mulher negra enquanto uma figura destinada a viver em um duplo lugar: como mulata, no seu endeusamento carnavalesco, tem seu corpo transformado em objeto maior de desejo nacional; como empregada doméstica, tem seu corpo transformado em máquina de trabalho e alvo das mais variadas violações. Posições baseadas em uma transformação do desejo em culpa por parte do homem branco que a endeusa e, culpabilizado por esse desejo que o desestabiliza, transforma-a agressivamente em sua serviçal, em objeto.

Junto de tais papéis ocupados pela mulher negra nos processos culturais e subjetivos do Brasil, González (1983/2018c), ao retomar o papel da mãe-preta nos afetos brasileiros, enfoca seu lugar não só como parte dos desejos nacionais, mas também

a retoma como aquela que é a verdadeira mãe da criança Brasil, sendo ela quem desempenha a função materna tanto de seus filhos, quanto dos filhos brancos de seus senhores a patrões (González, 1982/2020a; 1983/2018c) na medida em que letra, constitui e suporta a criança rumo ao crescimento, na medida em que amefricaniza seus rebentos. Papéis esses de mãe, mulher e trabalhadora sistematicamente distorcidos, mas que evidenciam a tessitura de desejos entre a construção da branquitude e da negritude como um campo denso de desejos e afetos, longe de uma mera relação sem significados.

Observando que a marcante herança de organização dos corpos no período escravocrata que reitera o papel da mulher negra como mucama, agora sob o nome de empregada doméstica, sobrevive ainda hoje, a colocando como menos que humana, como aquela que precisa, inclusive, entrar pelos fundos, oculta e anônima: figura de fora da história. É, para a autora (González, 1983/2018c, p. 83), essa “negra anônima, habitante da periferia, das baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca”. É essa mulher que tem seus filhos e parceiros sistematicamente mortos, desaparecidos, presos e vítimas das mais variadas agressões da sociedade – como as mulheres-mães que abrem o presente artigo. Mulheres que têm as próprias condições de existência material submetidas a mecanismos psicológicos que precisam ser atacados e desmascarados.

Nessa crítica aos lugares conferidos às mulheres negras, González (1983/2018c), a partir da ideia aristotélica de “lugar natural”, reitera que aquilo que a dominação através de suas ficções tenta naturalizar, é uma visão de mundo sobre o branco e o negro na sociedade. Sobre essas condições afirma que:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. (González, 1983/2018c, p. 84-85)

González (1983/2018c; 1988/2020c) propõe com isso que a construção do mito da superioridade branca faz com que todos os corpos, fora dos esquemas cujo paradigma é o branco, sejam estilhaçados e fragmentados em sua identidade racial. A negação da amefricanidade leva ao ataque de corpos não brancos e impede a ideia da produção de um comum possível. A categoria da amefricanidade, nesse sentido, em sua afirmação contrária ao movimento de apagamento, abre a possibilidade da construção de um comum no sentido de uma real tessitura narrativa que abarca a todos e que estaria ligada a uma verdadeira “democracia racial”. A autora destaca que a saída desse movimento branquificador se dá na consciência objetiva do racismo, sem disfarces, e no reconhecimento direto de suas práticas. É necessário um “resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado inferior” (González, 1988/2020c, p. 132), por uma busca de um espaço onde não existam vidas que valem e não valem, mas um mundo comum a todos.

Na complexa malha teórica de González que abordamos até aqui, nota-se que o tema da infância aparece mesmo que indiretamente em uma série de pressupostos da autora. Os processos de apagamento da amefricanidade atuam de forma insidiosa nos corpos infantis não brancos, atuando na transformação dessas infâncias em questões de saúde mental ou de segurança pública; atuando na morte ou desaparecimento concreto de seus corpos. As crianças negras, filhas das domésticas e mães-pretas do Brasil, são os corpos que vão ser sistematicamente tentados deixar a margem ou no extermínio, pois são a marca premente de um país africanizado. Contudo, como podemos pensar essas crianças? Como podemos pensar o infantil atravessado por essas questões? Para desenvolver tais questões é preciso pensar inclusive sobre o que é uma criança.

As Crianças do Futuro e as Infâncias Impossíveis

Katz (2019), em seu texto *Infâncias: Uma Questão para a Psicanálise*, pontua que, apesar de haver um senso comum sobre a categoria criança enquanto um período cronológico do desenvolvimento, há na experiência da infância um comparecimento muito mais amplo do que a referência à maturação ou à biologia. Partindo de uma ideia de infância pautada nos entrelaçamentos entre as concepções do infantil e a cultura, evidencia-se que tanto o mero encontro com a criança, como as práticas de cuidado com ela e o seu entendimento como categoria são modulados por vértices político-culturais. Modulações que, ao mesmo tempo em que são ocupadas pela criança, também são expandidas e tensionadas a partir dela. Tomada enquanto uma invenção, a infância, nessa perspectiva, responde a um momento, lugar e época, o que convoca a ser pensada para além de uma unidade descritiva naturalizada, mas a um pensar sobre o que são as infâncias, tomadas em sua pluralidade de significados e atravessamentos, dependendo do lugar em que acontecem e das singularidades envolvidas.

Dando destaque às múltiplas configurações e disposições sobre o que são as infâncias, dentre essas encontramos as diferenças sociais que constituem espaços de maior ou menor vulnerabilidade social. Katz (2019) aponta o fato de que enquanto para algumas crianças o infantil é simbolizado por experiências de segurança, possibilidades de experimentação e crescimento, para outras haverá constantemente uma marca de insegurança e de impossibilidade frente às suas vidas e escolhas. Usando o caso das escolas da região da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, onde as crianças ficaram cerca de 35 dias sem aulas por conta das operações policiais, a autora demonstra que mesmo um direito básico, como o de ir à escola, não está garantido da mesma maneira a todas as infâncias. Mais do que isso, esse direito não é o único vetado, pois, como vimos no início deste texto, mesmo o direito de circular na cidade e de existir dentro de casa é vetado para as infâncias não brancas e periféricas. Questão territorial que, como a autora pontua, marca infâncias que têm seus direitos fundamentais guardados e protegidos, ao mesmo tempo em que tenta marcar outras a não ter a mínima garantia sobre suas vidas.

Katz (2019) aponta que é na experiência política de ocupação do território que todas e quaisquer infâncias se realizam. Os lugares da alteridade, da relação com os outros e as decisões políticas por excelência são marcas que afetam diretamente as infâncias, decidindo sobre suas vidas e modos de expressão. Um território cuja ocupação se dá em um regime cuja morte é a lei geral, onde a vida não tem valor digno, faz com que necessariamente suas vidas também percam a dignidade. Um território marcado por políticas públicas de encarceramento e falta de assistência faz com que, necessariamente, as vidas das crianças percam a sua liberdade e o seu valor. Um território que é marcado pela ideologia do branqueamento e pelo mito da democracia racial, como apontado por González (1983/2018c), faz com que necessariamente as vidas de crianças de determinada cor sejam diariamente distorcidas.

Assim, mesmo com a construção de dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não se conseguiu, como aponta Katz (2019), oferecer a todas as crianças e adolescentes condições de cidadania. Da mesma forma, ainda que se tenha superado, por um lado, algumas configurações que tornavam a vida de algumas crianças ainda mais difíceis, a partir da criação das leis, criaram-se, por outro lado, novas formas de encarceramento das infâncias. Nesse terreno, há um duplo processo em que, de um lado, temos a construção da ideia de “criança-futuro” e de outro a ideia de “criança-matável”¹. A “criança futuro”, corresponde àquela infância que dá continuidade aos projetos narcísicos dos adultos e à imagem institucionalizada do homem branco. Já a outra, marcada por códigos raciais e de classe, a partir do que poderíamos chamar de uma lógica necropolítica (Mbembe, 2016) ou necrogovernamental (Franco, 2021), configura-se como uma “criança-matável”, não compatível com o ideal de futuro almejado para a nação. Necropolítica, como desenvolve Mbembe (2016), que diz da morte perpetuada pelo desejo econômico, de dominação e produção desenfreadas que origina e regula uma série de modos de exploração, escravidão e segregação ainda hoje no mundo. Processo que, como aponta Almeida (2019), longe de ser um desvio do estado e suas leis, é parte inerente de sua estrutura e organização.

As infâncias, cuja morte se torna aparato legal do estado e que têm uma experiência dissociada dos projetos de futuro da nação e da perspectiva de vida nacional, são marcadas, assim, pela determinação da morte. São crianças que, por se tornarem matáveis, não causam em sua morte nenhuma consequência para seus executores que permanecem inimputáveis e dentro de um código onde a morte é justificável. Pois são crianças pivetes, são “indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes” (González, 1979/2018a, p. 39).

Crianças que, como Katz (2019) lembra, muitas vezes passam por processos em que a própria ideia de infância é retirada, como que por terem determinada cor, condição social e territorial não tivessem acesso ao infantil e ao próprio ser criança. Processo de “reserva do significant ‘infância’ para nomear apenas a infância que confirma os ideais de cada época” (Katz, 2019, p. 88), que “proporciona a instituição de um engodo e contribui para manter de pé a ficção de que protegemos todas as crianças”, afinal a infância dissidente dos ideais nacionais é somente um abjeto, um corpo cuja morte é aceita sem causar transtornos. É nesse sentido que há uma construção social de verdadeiras infâncias impossíveis, crianças matáveis sem qualquer pudor ou consequência, infâncias matáveis por excelência.

As infâncias matáveis na América Latina

Katz (2019) pontua que a “criança futuro” é aquela que sustenta os ideais dos adultos, lugar onde as sementes de seu narcisismo são plantadas. Assim, associando essa proposição à realidade brasileira e observando que a maioria das crianças mortas violentamente são negras e pobres, podemos refletir sobre a cor investida em tais ideais narcísicos. Trata-se de um projeto de branqueamento (González, 1979/2018a; 1982/2020a; 1983/2018c; 1983/2020b; 1988/2020c), onde se afirma,

1 Em seu artigo Katz (2019) desenvolve também a ideia de crianças sacer, a partir do conceito de Agamben, contudo preferimos ficar somente com tal etapa do seu desenvolvimento nesse momento de compartilhamento de pesquisa, apostando em possíveis novas escritas que ampliem o tema e que tenham como meta problematizar a ideia do homo sacer e da neurose cultural brasileira e suas possibilidades de enlace teóricos.

mesmo que em forma de um não dito, da necessidade de acabar com as sementes do futuro negro, cujo modo mais efetivo é a inviabilização de suas infâncias.

Mesmo que pensemos, junto de Katz (2019), sobre os processos que as “crianças futuro” sofrem, vinculadas aos ideais brancos, como o isolamento social, condominização da vida e distorção de sua subjetividade inerentes aos projetos de humanidade nacional, não podemos esquecer do que Souza² (1983) afirma sobre a questão do ideal branco ao qual o negro é diariamente confrontado. Não se trata de colocar uma cor enquanto a única que padece ou é vítima de violências: há para todos os sujeitos marcas de ideais que os desfiguram, tanto em suas subjetividades quanto nos seus próprios corpos. Contudo, não há na experiência do branco, pela sua condição de branco, a fixidez ou sua naturalização em descrições de inferioridade; ou mesmo a experiência de seu corpo morto enquanto destino reiterado diariamente.

A criança matável é aquela vítima de uma articulação complexa que define quais vidas devem ou não continuar, que coloca um alvo na infância justamente por essa ser um campo de subversão e pluralidade, um campo de novos sujeitos que ocupam e ocuparão o espaço social e político, na medida em que, influenciam e o modificam. Portanto, assim como afirma Gonçalves (2017), os golpes contra um indivíduo nunca são somente contra ele, mas contra todo um grupo representado. Dessa forma, podemos dizer que os golpes contra as crianças são golpes contra todo um grupo social. Grupo esse que para a manutenção da supremacia branca precisa estar em constante risco de aniquilamento, permanente lugar de resíduo, de inferioridade, de massa abjeta para não causar ameaça e para servir como força de trabalho em cargos considerados socialmente inferiores, para mão de obra precarizada, barata e até mesmo escrava.

Fanon (1961/1997) acrescenta ainda mais ao nosso entendimento do apresentado por Katz (2019) e González (1979/2018a; 1982/2020a; 1983/2018c; 1983/2020b; 1988/2020c), contribuindo com a descrição do papel da legalidade de tal situação:

Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder, interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros e de desorientadores. Nas regiões coloniais, ao contrário, o polícia e o soldado, pelas suas intervenções directas e frequentes, mantêm o contacto com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhoças, que não faça qualquer movimento. (Fanon, 1961/1997, p. 34)

Trata-se para aquele que sustenta a rede de legalidade, poder e racismo, de criar uma trama de impossibilidades para a vida, seja a vida material ou mesmo a subjetiva. Sustenta-se, nessa perspectiva, o silenciamento de infâncias e, de alguma forma, de todos aqueles que não correspondem ao ideal branco, produzindo para esses grupos um lugar mortífero, de matável, de vida marginal e sem valor, lugar onde a vida, as tensões e os confrontos oriundos das infâncias não façam tensão aos discursos construídos sobre elas. Ao ter a morte de Ágathas, João Pedros, Miguels e tantos outros, temos também a sustentação de uma paralisação no tempo, onde somente um tipo de país se desenvolve, onde somente um tipo de corpo é valorizado. Trata-se de apagar sistematicamente tanto a lembrança, quanto a potência da criança amefricana, da própria amefricanidade como categoria e realidade nacional.

Considerações Finais

Recentemente, para além dos novos nomes que se somam àqueles com os quais começamos esse texto, tivemos também um número exponencial de crianças vítimas do projeto genocida implementado pelo governo federal no período de 2019 a 2022. Com o avanço da pandemia global do Covid-19 e de suas variantes, principalmente a Omicron, e a recusa do poder executivo em facilitar a vacinação de crianças e adolescentes, novamente foram colocadas as infâncias enquanto vítimas privilegiadas de pactos nacionais e políticos. Pelo menos 1400 crianças morreram vitimadas pelo coronavírus, em meio a tentativas forçadas de volta às aulas, recusa em facilitar o acesso à vacinação e propaganda direta contra a vacinação infantil. A essas mortes se somam milhares de crianças com sequelas que podem impactar suas vidas de forma permanente (Barrucho, 2022; Benhke, 2022; Instituto Butantan, 2022; Equipe G1, 2021).

Novamente, as infâncias mais afetadas têm cor, território, classe e mais uma série de marcadores específicos, sendo a maioria das crianças que morrem por conta do coronavírus negras e indígenas. Dentre as crianças afetadas pelo vírus, 7% das brancas chegaram a óbito, enquanto para outras etnias a porcentagem foi de: 9% pretos, 11% partos, 15% amarelos e 28% indígenas (Aguiar, 2022). Nesse cenário, uma criança indígena tem cinco vezes maior risco de morte que uma branca pela exposição à mesma doença.

2 Neusa Santos Souza (1948-2008) foi uma psicanalista, psiquiatra e pesquisadora brasileira. Seu trabalho, *Tornar-se Negro*, se configurou enquanto texto fundamental para as pesquisas sobre o racismo e os efeitos da categoria raça na sociedade brasileira. Tem também uma densa obra sobre o tratamento de psicóticos e temas gerais da psicanálise. Apesar de Souza e González terem propostas diferentes quanto ao papel do ideal branco na constituição do sujeito, a segunda faz menção sobre como a primeira tem “carradas de razão” (González, 1982/2018b, p.172) em suas proposições.

A problemática que este trabalho diagnosticou demanda ainda maior empenho de pesquisa, trabalho e desenvolvimento. Contudo, longe de ser um problema teórico ou circunscrito a algumas realidades do país, aquilo que nosso percurso pela obra de Lélia González e pelas contribuições de Ilana Katz demonstra é que ao falarmos da constituição de um projeto nacional de branqueamento, pautado na construção de um suposto Brasil, e ao falarmos da constituição de infâncias possíveis e impossíveis, estamos falando da própria materialidade concreta do cenário brasileiro. Estamos falando da tessitura base da constituição da nação brasileira, onde a vida de um é vista enquanto futuro, representante da nação e a outra é vista como abjeta, irreal e sem valor, portanto, matável. Fato que, enquanto não enfrentado, seguirá verdadeiramente como uma neurose, fadada à eterna repetição.

Essa nação Brasil requer tratamento, pois não se reconhecer como ameericana ou negar sua história colonial e escravagista é o fundamento da manutenção desse genocídio que parece não ter fim. O trabalho de González e Katz, somado a pesquisas sobre o racismo, a branquitude, a colonialidade etc., vem contribuindo de forma preciosa para essa desalienação, sem a qual não poderemos sair dessa reprodução ou perpetuação do genocídio. Contudo, precisamos ir para além da teoria, buscando realmente medidas efetivas de combate à morte e violência, medidas que necessariamente precisam abarcar todas as camadas da sociedade, dos consultórios particulares às ações de rua. É preciso, em certa medida, inventar um novo Brasil.

Esperamos, então, que esse texto colabore com outras pesquisas, na medida em que esse tema é de fundamental importância para as pesquisas sobre as infâncias brasileiras e mais especificamente sobre as infâncias negras brasileiras. Em nosso recorte pudemos demonstrar algumas questões, porém uma diversidade de outras ainda seguem em aberto; pois, para além do recorte de raça e de outros possíveis efeitos do racismo sobre o corpo das crianças negras, há também uma série de outras interseções que valeriam destaque em pesquisas futuras, pois como ficam as crianças não só frente à ideologia do branqueamento, mas também frente ao capacitismo, à homofobia, à transfobia e tantos outros tipos de preconceitos que permeiam nosso país? Há também um trabalho fundamental a ser feito sobre as crianças brancas, consideradas ideais de nação, pois como afirma Katz (2019), elas também sofrem os efeitos subjetivos de habitarem esse mundo. A conclusão principal deste trabalho é que há todo um campo de estudos sobre as infâncias que até agora foi pouco percorrido pela psicanálise. As infâncias negras exigem a ampliação da consideração às infâncias nas pesquisas em psicanálise e política na contemporaneidade. Pois, como evidenciado, essas infâncias nos ajudam a entender de forma central os problemas vivenciados no Brasil contemporâneo.

Referências

- Aguiar, M. (2022, 3 de janeiro). Pesquisas apontam: Crianças que morrem por Covid são maioria negras e indígenas. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/pesquisas-apontam-criancas-que-morrem-por-covid-sao-maioria-negras-e-indigenas/>
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Editora Pólen. (D. Ribeiro [Coord.], Feminismos Plurais). https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf
- Araújo, M. (2021, 23 de março). Depois de quase 3 meses, caso dos meninos sumidos em Belford Roxo ainda não tem solução; famílias pedem ajuda. *G1, Jornal Hoje*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/23/caso-de-meninos-desaparecidos-em-belford-roxo-continua-sem-solucao-depois-de-quase-3-meses-parentes-fazem-apelo-por-ajuda.ghtml>
- Barrucho, L. (2022, 14 de janeiro). Mortes de crianças de 5 a 11 anos por covid podem chegar a 800, indica estudo. *BBC News*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59969092>
- Behnke, E. (2022, 12 de janeiro). Bolsonaro diz que efeito de vacina em crianças é “incógnita”. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-efeito-de-vacina-em-criancas-e-incognita/>
- Borges, N. (2020, 7 de dezembro). “Governo? Nem sei se existe”, desabafa mãe de Ágatha mais de um ano depois da morte da menina no Alemão. *G1, GloboNews*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/07/governo-nem-sei-se-existe-desabafa-mae-de-agatha-mais-de-um-ano-depois-da-morte-da-menina-no-alemao.ghtml>
- Coelho, L. (2020, 19 de maio). João Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro. *El País*. <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html>
- Dias, P. (2021, 5 de fevereiro). Menina Ana Clara, morta aos 5 anos por bala perdida, é homenageada com placa por ONG. *O*

- Globo, Rio de Janeiro*. <https://oglobo.globo.com/rio/menina-ana-clara-morta-aos-5-anos-por-bala-perdida-homenageada-com-placa-por-ong-24870839>
- Equipe G1. (2020, 6 de junho). Caso Miguel: Como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. *G1, Pernambuco*. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>.
- Equipe G1. (2021, 24 de dezembro). Vacinação infantil: Bolsonaro diz que não há morte de crianças “que justifique algo emergencial”. *G1, Brasília*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/24/vacinacao-infantil-bolsonaro-diz-que-nao-ha-morte-de-criancas-que-justifique-algo-emergencial.ghtml>
- Evaristo, C. (2016). *Olhos d'água*. Pallas Editora.
- Fanon, F. (1997). *Os condenados da terra*. Editora Civilização Brasileira. Originalmente publicado em 1961.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora. Originalmente publicado em 1952.
- Franco, F. L. (2021). *Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. Ubu Editora.
- G1 Rio. (2020, 1 de junho). Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM. *G1, Rio de Janeiro*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>
- Gonçalves Filho, J. M. (2017). A dominação racista: O passado presente. In: N. M. Kon, M. L. Silva & C. C. Abud (Orgs.), *O Racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise* (pp. 143-159). Perspectiva.
- González, L. (2018a). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: L. Gonzalez, *Primavera para as rosas negras* (pp. 54-76). UCPA, Diáspora Africana. Originalmente publicado em 1979.
- González, L. (2018b). O movimento negro na última década. In: L. Gonzalez, *Primavera para as rosas negras* (pp. 142-179). UCPA, Diáspora Africana. Originalmente publicado em 1982.
- González, L. (2018c). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: L. Gonzalez, *Primavera para as rosas negras* (pp. 190-214). UCPA, Diáspora Africana. Originalmente publicado em 1983.
- González, L. (2020a). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: L. González, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 49-64). Zahar. Originalmente publicado em 1982.
- González, L. (2020b). O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades. In: L. González, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 65-74). Zahar. Originalmente publicado em 1983.
- González, L. (2020c). A categoria político-cultural da amefricanidade. In *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 127-138). Rio de Janeiro, Zahar, 2020. Originalmente em 1988.
- Goulart, G. (2020, 07 de dezembro). Menina Rebecca morreu ao lado da prima em comunidade onde voltou a morar há um mês, em Caxias. *Extra, Casos de Polícia*. <https://extra.globo.com/casos-de-policia/menina-rebecca-morreu-ao-lado-da-prima-em-comunidade-onde-voltou-morar-ha-um-mes-em-caxias-24785209.html>
- Instituto Butantan (2022, 7 de janeiro). Covid-19 já matou mais de 1.400 crianças de zero a 11 anos no Brasil e deixou outras milhares com sequelas. *Instituto Butantan*. <https://butantan.gov.br/noticias/covid-19-ja-matou-mais-de-1.400-criancas-de-zero-a-11-anos-no-brasil-e-deixou-outras-milhares-com-sequelas#:~:text=Entre%20as%20crian%C3%A7as%20de%20cinco,desde%20o%20in%C3%ADcio%20da%20epidemia>

- Kalunta-Crumpton, A. (2020). The inclusion of the term “color” in any racial label is racist, is it not?. *Ethnicities*, 20(1), 115-135. <https://doi.org/10.1177/1468796819884675>
- Katz, I. (2019). Infâncias: Uma questão para a psicanálise. In: L. T. L. S. Surjus & M. A. A. Moysés (Orgs.), *Saúde mental infantojuvenil – Territórios, políticas e clínicas de resistência* (p. 77-89). Unifesp/Abrasme. <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/Saude%20Mental%20Infantojuvenil.pdf>
- Lacerda, N., & Souza, M. D. (2020, 25 de junho). Racismo e infância: Brasil falha em proteger crianças e jovens pretos. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/racismo-e-infancia-brasil-falha-em-protoger-suas-criancas-e-jovens-pretos>
- Lopes, R. (2021, 13 de abril). No Brasil, 2.083 crianças de até 4 anos morreram vítimas de agressão nos últimos 10 anos. *Folha de São Paulo, Brasília*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/no-brasil-2083-criancas-de-ate-4-anos-morreram-vitimas-de-agressao-nos-ultimos-10-anos.shtml>
- Lucchese, B. (2020, 29 de junho). Menina de 10 anos morta em chacina em Anchieta é enterrada; pai baleado ao proteger filha vai ao cemitério. *G1, Rio de Janeiro*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/29/menina-de-10-anos-morta-em-chacina-em-anchieta-e-enterrada-pai-baleado-ao-protoger-filha-vai-ao-cemiterio.ghtml>
- Lucchese, B. (2021, 21 de setembro). Dois anos após a morte de Ágatha Felix, mãe ainda aguarda julgamento de PM: “Muita dor”. *G1, Rio de Janeiro*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/09/21/dois-anos-apos-a-morte-de-agatha-felix-mae-ainda-aguarda-julgamento-de-pm-muita-dor.ghtml>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 2(32), 122-151. <https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122%20-%20151>
- Mena, F. & Camazano, P. (2021, 19 de novembro). Crianças negras morrem 3,6 vezes mais por arma de fogo que não negras. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/criancas-negras-morrem-36-vezes-mais-por-arma-de-fogo-que-nao-negras.shtml>
- Nascimento, A. (1978) *O genocídio do negro brasileiro*. Paz e Terra.
- Nave & Saman, R. (2019). Ismália [Interpretada por Emicida, F. Montenegro & L. Luz.]. In: Amarelo [Album]. Sony Music Entertainment.
- Oliveira, V. (2021, 22 de maio). Criança indígena com desnutrição grave morre na Terra Yanomami, diz Conselho de Saúde. *G1, Roraima, Boa Vista*. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/22/crianca-indigena-com-desnutricao-morre-na-terra-yanomami-diz-conselho-de-saude.ghtml>
- Oliveira, C. (2021, 29 de abril). 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. *El País, Connecticut*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>
- ONG Rio de Paz. (2021, 18 de maio). Notícia. *Facebook: ONG Rio de Paz*. <https://facebook.com/ONGRiodePaz/posts/10159627797359574>
- Rodrigues, M. (2021, 25 de abril). Menino Kaio Guilherme morre após ser baleado na cabeça no Rio; 'Lutou muito', diz mãe. *G1, Rio de Janeiro*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/25/menino-kaio-guilherme-morre-apos-ser-baleado-na-cabeca-no-rio-lutou-muito-diz-mae.ghtml>
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Companhia das Letras.
- Teófilo, S. (2021, 2 de janeiro). RJ: Menina de 5 anos morre ao ser baleada durante a virada do ano. *Correio Braziliense*.

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/01/4898071-rj-menina-de-5-anos-morre-ao-ser-baleada-durante-a-virada-do-ano.html>

Trindade, F. (2021, 25 de maio). Mães de meninos desaparecidos em Belford Roxo se revoltam com versão da polícia. *Extra, Casos de Polícia*. <https://extra.globo.com/casos-de-policia/maes-de-meninos-desaparecidos-em-belford-roxo-se-revoltam-com-versao-da-policia-25032461.html>

Como Citar:

Salaberry, I. L., D'Agord, M. R. L. (2023). Infâncias matáveis no Brasil ameicano: Reflexões sobre a ideologia do branqueamento e a morte de crianças negras no Brasil. *Revista Subjetividades*, 23(2), e13620. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i4.e13620>.

Endereço para correspondência

Ismael Leonardi Salaberry
E-mail: ismaelsalaberry@gmail.com

Marta Regina de Leão D'Agord
E-mail: marta.dagord@ufrgs.br



Recebido: 17.03.2022

Revisado: 13.03.2023

Aceito: 30.03.2023

Publicado: 20.06.2023